

Mudanças resultam em contra-reforma

A Câmara aprovou, há cerca de três semanas, destaques que modificaram o texto da proposta de emenda da Previdência – chamada PEC paralela por ter entrado no debate parlamentar enquanto tramitava a reforma da Previdência Social. As mudanças significaram uma derrota contundente do Planalto no plenário da Casa. Do lado político, por conta do acordo entre lideranças do governo e de oposição que permitiu a aprovação dos destaques. Pelo aspecto financeiro, sobretudo pelo impacto causado no aumento do teto do Judiciário para três categorias.

A intenção do governo era empurrar a tramitação do texto na Câmara, e sepultar a proposta por lá mesmo. Mas a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PL) para a presidência da Casa e sua disposição para acelerar a votação de matérias sobre as quais o Executivo não havia costurado acordos a seu contento pegou a articulação política do governo despreparada. O resultado se fez sentir no acordo selado no plenário, que incluiu a própria base do PT.

Elaborada dentro do Senado como uma resposta ao texto da reforma da Previdência enviada ao Congresso pelo Executivo, a proposta de emenda levou um ano e meio para ser apreciada pela Câmara, e voltou à Casa de origem por conta das mudanças efetuadas nesse percurso.

A idéia original era amenizar o efeito da reforma da Previdência sobre os servidores públicos, com a criação de subtetos nos estados e, a isenção de contribuição para aposentados por doença incapacitante, por exemplo. A versão que saiu da Câmara transformou a proposta de emenda em uma “contra-reforma” da Previdência, ao aumentar seus gastos anuais em estimados R\$ 4 bilhões.

O acordo costurado dentro do Senado que possibilitou a elaboração do texto levou em consideração o impacto possível nas contas da Previdência, segundo Paim. O texto que saiu da Câmara extrapola – e muito – esse cálculo, considerando a separação